

BELO HORIZONTE, MG, 30 DE NOVEMBRO DE 1995

(1ª parte)

*Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, meu companheiro Eduardo Azeredo; Senhor Ministro da Saúde, Professor Jatene; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes, numerosos – a força do Governador de Minas é grande; Senhores Parlamentares; Senadores, Deputados, Vereadores; Senhores Prefeitos; Senhor Prefeito de Belo Horizonte; Dona Eloiza; Senhor Subsecretário de Programas de Educação a Distância, Dr. Pedro Paulo Poppovic; Senhor Secretário Executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, Barjas Negri; Senhora Secretária de Educação Fundamental, Professora Iara Prado; Senhor Presidente da Associação Mineira dos Municípios; Senhores Secretários Municipais; Senhoras e Senhores,*

Este nosso encontro, hoje, é um encontro pouco habitual. Eu não vim aqui, neste momento – nem o Governador – para fazer nenhuma peroração a respeito da educação e da saúde e de outros temas afins. Pelo contrário, nós estamos aqui para ouvi-los e para responder a questões que suscitem. Claro, isso não pode ser feito sem que haja um esquentamento de motores, sem que se dê alguma mensagem sobre

qual é a orientação geral do Governo nessas matérias, sobretudo no relacionamento entre o Governo Federal, o governo estadual e os governos municipais.

Tenho repetido – e não me custa fazê-lo outra vez – que, se há algo criativo e novo no Brasil, é o entrosamento crescente entre as várias esferas de administração. Frequentemente, fora do Brasil se tem dificuldade de entender o modo pelo qual a nossa vida político-administrativa se desenvolve, porque nós somos uma federação. De fato, somos uma federação, com governadores, assembleias, tribunais de contas, deputados estaduais, com autonomia, com Constituições próprias em cada estado. Temos cerca de cinco mil municípios que repetem esse mesmo esquema de autonomia administrativa.

Eu não conheço – pode existir – a organização da Índia, por exemplo, nem da China, mas, no mundo ocidental, não existe paralelo dessa complexidade de cinco mil unidades municipais, estados e a União. E todos eles com autonomias muito demarcadas e com capacidades decisórias próprias.

Ora, se nós desconhecemos esse fato, que não é só o fato da Federação, é o fato do município, dificilmente vamos poder levar adiante uma administração, em Brasília, que tenha capacidade de influenciar o Brasil. Ou nós nos entrosamos, ou o governo central fala no isolamento. Então, é melhor que nós nos entrosemos. É melhor para o povo também. É melhor para o País.

Fala-se muito em reforma do Estado. Eu mesmo falo muito nisso. Estamos, agora mesmo, lutando no Congresso, como os senhores sabem, por uma reforma do Estado, por uma reforma administrativa. Mas a reforma administrativa é uma parte desse processo. Nós não podemos imaginar que, pura e simplesmente, o Brasil vai mudar porque haverá novas regras de contratação ou eventual dispensa de funcionários, ou porque as aposentadorias vão ser dessa ou daquela maneira.

Claro que isso é essencial. Aqui há muitos administradores que devem ter uma imensa dificuldade de fechar as contas no fim do mês, para não falar no fim do ano, porque estão com as despesas crescendo

mais rapidamente do que a receita, apesar de que a receita cresce, historicamente, como nunca, nesse momento.

Só para lhes dar uma idéia, no Fundo de Participação de Estados e Municípios houve um crescimento real de 30%, neste ano. Trinta por cento. Por quê? Porque houve um aumento da arrecadação muito forte também. Não foi só por isso, mas houve, também, um aumento de aquecimento muito grande da economia. E de tudo isso resultou um aumento do Fundo, que, claro, cada administrador não percebe porque o Fundo de Participação é assim. Ele é baseado no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industriais, e ambos são sazonais. Então, há momentos em que a pessoa pensa que pode projetar para o resto do ano o recurso que entrou naquele mês; e, no mês seguinte, cai. É uma gangorra.

Mas, fazendo-se a média, houve crescimento. Só que, na média do crescimento, a despesa cresceu sempre mais depressa do que a receita. Então, muitos municípios, muitos estados e a União tiveram que recorrer a empréstimos, e, muitas vezes, da forma mais letal de empréstimo, que é o empréstimo de curto prazo, os famosos ARO, que vão terminar pagando pessoal. Quando se chega a esse ponto, o Doutor Jatene, que é médico, diria: “Bom, cuidado, porque tem que operar, não tem mais cura, em termos de pequenos remédios. A situação é grave.”

Isso é uma situação que está muito endêmica no Brasil. Bem, esse aspecto é muito importante, mas não é tudo. Nós temos que pensar também a reforma de outras perspectivas.

E, limitando-me a alguns poucos exemplos do Governo Federal, é fundamental que se faça uma descentralização adequada, que é a nossa proposta. É fundamental que o Governo Federal repasse recursos e é fundamental que os recursos sejam bem geridos, fiscalizados e que o uso deles seja feito em nível municipal, crescentemente; e que o atendimento direto seja, crescentemente, em nível municipal.

Isso implica uma nova mentalidade. Difícil, porque quem dispõe de recurso dispõe de poder, e é muito difícil fazer com que certos níveis mais altos da administração abram mão desse poder para que outros possam dar a destinação final aos recursos.

E mesmo o nosso sistema político todo está organizado de modo tal, que ele faz pressão sobre o Governo Federal, para que depois o recurso vá para os governos municipais. E muitas vezes dá a sensação de que “Então, o que fazer, se nós não participamos mais dessa cadeia decisória?” É que vamos participar de uma nova cadeia decisória, em nível municipal. E, sobretudo, vamos mudar a ênfase do setor político, da liberação de recursos, para a análise das políticas que estão sendo implementadas, dos grandes números que estão sendo implementados. E as populações, pouco a pouco, vão perceber que o seu deputado e o seu senador são competentes, não quando diretamente pressionam e levam o recurso, mas quando estão lá lutando para que se estabeleça uma política adequada, no plano federal, para que esses recursos, de fato, fluam e cheguem ao município.

E essa orientação é geral. Na área da Saúde, o Ministro Jatene dará os exemplos que couberem e de acordo com a competência dele, que é enorme. Eu me calaria, porque temeria dizer alguma impropriedade diante de quem tanto conhece.

Na área da educação também tenho medo, mas o Ministro não está aqui. Então, posso dizer uma ou outra coisa a mais. Qual é a orientação? A primeira orientação é de valorização do ensino básico. E há já no Congresso – com um apoio imenso; aliás, devo reconhecer, como tenho feito sempre, o apoio do Congresso para todas essas transformações – uma medida que tem alta transcendência e que é comparável a uma medida que o Governador de Minas apresentou aqui, em termos de uma redistribuição de renda entre os municípios.

Os municípios que se encarregam, efetivamente, do ensino primário vão ter mais recursos do estado e da União, porque é preciso; de tal modo que nosso objetivo com esse Plano de Valorização do Ensino Fundamental e do Professor é que, em média, no Brasil, cada município dispense 300 reais por estudante, e que, em média, o professor do ensino básico também receba trezentos reais. “Ah”, vão dizer, “Meu Deus, só isso?” Só que em muitos lugares do Brasil, imensas regiões e muitos municípios, a maioria não chega a esse nível. Isso é, às vezes, o dobro ou mais que o dobro do de hoje.

Então, isso é um projeto de longo alcance e faz com que, efetivamente, o município se interesse diretamente pela educação. O município que mais alunos tiver mais apoio terá. E o Governo Federal complementará, com o Fundo da Educação, com recursos suficientes para que nós tenhamos essa base mínima de formação de professor, de pagamento de professor e de treinamento de aluno.

Por que isso? Porque nós hoje, todos, já sabemos que o Brasil dispõe de uma rede escolar suficiente para atender a todos os jovens que aí estão, em idade escolar. Minas Gerais é um exemplo disso. Um bom exemplo, aliás, porque aqui as coisas se processam corretamente, na área educacional.

Mas nós sabemos, também, que o problema não é esse, é da evasão escolar; é da repetência, que leva à evasão. E a repetência, que leva à evasão, tem a ver com o despreparo do professor e tem a ver com a incapacidade, às vezes até nutricional, do aluno para permanecer na escola. Então, nós estamos também fazendo um forte programa, que os senhores conhecem, nas áreas mais pobres do Brasil, nas áreas do Comunidade Solidária. Estamos duplicando a merenda escolar nessas áreas mais pobres, estamos agilizando – e não vem deste Governo, vem do Itamar Franco – a municipalização da compra da merenda escolar.

No que diz respeito à questão sobre o atendimento da escola, direto, dos recursos, nós fizemos uma inovação grande. O professor está recebendo, diretamente, na escola, uma proporção desses recursos. Em todas as escolas. Mas a proporção é diferente em cada uma delas. Isso não quer dizer que o prefeito não receba uma parcela. Vai receber. De qualquer forma, é um modo de, diretamente, fazer com que a direção da escola, com a associação de pais e mestres, se interesse pelo uso do recurso. Recebe pequena parcela que seja, mas saberá onde aplicar melhor.

Ainda no campo do treinamento do professor, nós estamos criando aqui a TV Educativa, que vai funcionar 24 horas, só no treinamento de professores. Não vou me alongar, porque haverá quem possa responder melhor do que eu sobre essa matéria. Num país como o nosso, com 29 milhões de estudantes em escola fundamental, 2 milhões de professo-

res, é impossível não adotar técnicas mais eficientes, modernas, de treinamento. Não é para ensinar ao aluno, é para ensinar ao professor.

Mais tarde, vamos ter que ter um monitor, porque não basta transmitir a imagem, é preciso que haja um acompanhamento. Nós estamos, dentro dessa concepção de valorização do ensino primário, valorizando também a transferência de responsabilidade e de recursos para o nível municipal.

Essa é a orientação geral. Não quero me alongar quanto a outros ministérios, mas é a orientação geral. Não se muda uma mentalidade em um ano, nem em quatro anos, talvez nem em dez anos. Mas o importante aqui é mudar o rumo, é fazer com que as medidas tomadas tenham a força da irreversibilidade, de tal maneira que aqueles que vão me suceder, daqui a três anos, tenham condições para continuar esse programa. E, se, por acaso, houver tentativa de não fazer nessa direção, a própria base da sociedade reagirá, porque perceberá as vantagens de uma administração dividida, compartilhada, nos vários níveis de governo.

É essa a orientação do Governo nessas questões sociais centrais de educação e de saúde, que são as centrais mesmo – nutrição, evidentemente, está dentro disso –, que tem como consequência a baixa da mortalidade infantil. O Prof. Jatene dirá o que corresponde nessa matéria, enfim, no conjunto das ações sociais.

Vejo com muita frequência dizer-se: “Ah, bom, mas e o programa social?” O programa social não é um espetáculo para fazer propaganda na televisão: é uma atitude persistente, uma orientação persistente.

E, se os senhores olharem com atenção o orçamento da União, vão ver que o orçamento destina cerca de 65% global dos seus gastos para o que se chama de área social.

De modo que existe realmente – e não estou aqui para dizer que isso é uma mudança feita em um ano – uma consciência que vem se adensando no Brasil há mais tempo. Há experiências em vários Estados, em vários municípios, no próprio Governo Federal. Mas agora nós estamos no momento de maturação de todo esse processo e de compreensão de que não bastam – naturalmente é fundamental a estabilização da economia – apenas os novos investimentos, que virão, estão vindo, virão; a

taxa de crescimento vai aumentar, a taxa de poupança está aumentando, as nossas reservas, toda gente sabe, nunca estiveram tão altas. Mas, no caso do Brasil, nós temos que concentrar fortemente as políticas públicas ao redor de educação e de saúde.

Não quero diminuir as outras, como habitação – e saneamento, evidentemente, que faz parte do processo de saúde —, porque não haverá uma automaticidade de simplesmente “cresceu a economia, aumentou o bem-estar”. Nós já passamos por períodos no Brasil de crescimento econômico sem aumento de bem-estar. É preciso um esforço simultâneo de crescimento da economia e de aumento do bem-estar.

Por fim, para não tomar demasiado tempo e como não quero tolhê-los do prazer de ouvir os demais que aqui estão, e muito menos de nós todos ouvirmos as questões que eles nos apresentem, eu gostaria de lhes dizer que eu acredito, mas com muita força, que todo esse processo está já muito enraizado no País. O País já sabe o que deseja, o País já tem consciência, e a qualidade média dos administradores brasileiros melhorou bastante, dos prefeitos, dos governadores – excluam o Presidente. Eu não tenho dúvida de que a qualidade média aumentou consideravelmente porque a sociedade foi se desenvolvendo, foi crescendo.

Teremos, no futuro, um grande desafio, ante o qual vamos ter que trabalhar unidos. Esse desafio chama-se oferta de emprego. E não é possível mais pensar esse processo como oferta de emprego *público*, porque os cofres públicos não permitem mais e porque a sociedade não paga mais impostos para empregar pessoas.

Nós ainda não estamos com esse problema de uma maneira aguda no Brasil. O primeiro semestre deste ano teve a taxa mais baixa de desemprego da história do Brasil – 4% e qualquer coisa – do IBGE. E tem uma série histórica.

Pode-se discutir a acuidade da medida, mas, como se faz a comparação da mesma medida no tempo, na verdade houve uma oferta de emprego maior do que no passado.

Não obstante, já nas áreas mais desenvolvidas, as urbanas, de grande densidade econômica, começa a existir um problema. No ABC de São Paulo, por exemplo.

Para terminar, sempre gosto de fazer uma citação. Havia um famoso sociólogo, economista barbudo chamado Marx, que, quando discutia a história da Inglaterra, os alemães diziam: “Ah, isso não tem nada a ver conosco.” Ele dizia: “*De te fabula narratur* – eu estou contando a sua história”.

De alguma maneira quando nós olhamos o que está acontecendo na Espanha, na França, na Itália, nós devemos ter presente isso. Lá estão ocorrendo processos que amanhã podem ocorrer aqui; com uma vantagem para nós, que podemos nos antecipar porque sabemos as conseqüências da forma de desenvolvimento tecnológico atual. E porque nós temos, também, um grau de desenvolvimento – e aí uma desvantagem que vira vantagem – mais desequilibrado. Então, nós ainda temos redutores do processo de desemprego, porque ainda temos uma enorme população no campo. Enorme em comparação com esses países que mencionei há pouco, onde a população rural é 2, 3%. A nossa deve andar por mais de 20%.

Então, nós podemos ter medidas de apoio à agricultura, à pequena empresa familiar no campo, para manter mais gente nesse tipo de trabalho. É fundamental que, nesse desenho do modelo de desenvolvimento brasileiro, não nos esqueçamos de que temos que ter um apoio muito grande da pequena e média empresa na cidade e no campo, que são as únicas capazes de reter mão-de-obra diante da avassaladora tendência de uma economia que é capaz de aumentar exponencialmente a produtividade e que não tem a mesma capacidade de oferecer emprego nessas áreas de exponenciação tecnológica.

São esses os problemas, são essas as questões que eu gostaria de colocar como pano de fundo, para que possamos discutir as questões que parecerem pertinentes aos senhores nessa conversa que eu espero que seja mais franca – civilizada eu sei que é porque estamos em Minas Gerais –, a mais franca possível.

Muito obrigado.

(2ª parte)

Eu creio que, diante das questões propostas, cabe-me fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, para aquietá-los. Meu amigo, Prefei-

to de Uberaba, com sua conhecida capacidade e sua dialética, na verdade, queria que eu reafirmasse aqui o que falei, de que, na reforma tributária, do ponto de vista do Governo Federal, existe já uma determinação, ou seja, não se vai alterar, em desfavor dos municípios, a participação relativa entre estados, municípios e União.

Podem ficar tranquilos: ninguém vai tirar um tostão de município na reforma tributária. (*Palmas.*) Pelo contrário, no caso do ITR, por exemplo, a proposta é de que haja um entendimento entre estados e municípios, e os municípios que tiverem condições de cobrar o ITR, cobrarão o ITR. E a partição pode ser feita diretamente, a esse nível. Portanto, isso acrescentará, não diminuirá o bolo à disposição dos municípios.

Para não fugirmos às questões mais espinhosas – o 13º –, também quero dizer, com muita franqueza, o seguinte: de alguma forma, nós dependemos do Congresso, naturalmente, sempre. Mas, de alguma forma, aprovadas as medidas que aqui estão mencionadas, tanto na saúde quanto na educação, nós damos mais do que um 13º, porque só na educação são 800 milhões de reais; e na saúde, com essas transferências, com o esforço imenso que o Ministro Jatene está fazendo para obter o Imposto sobre Circulação Financeira com destinação à saúde, isso vai para os municípios. É mais do que o 13º.

O Fundo de Participação é constitucional. O Presidente não tem o poder para aumentá-lo nem para diminuí-lo, ele depende da Constituição, depende do Congresso. Pode aumentar, aumentando o imposto – é o único jeito.

Nós caímos na real. Não há mais milagre a fazer. Na inflação, como disse o Governador Eduardo Azeredo, havia uma confusão muito grande. Aumento de salário de 30%, 40%; inflação de 20% ao mês: em três, quatro meses, o prefeito refazia a sua renda, em detrimento do salário. A mesma coisa fazia o Presidente da República, todos. Esse mecanismo acabou.

Sobre a concessão de aumento, imaginem que um Prefeito resolva dar 30% de aumento aos seus funcionários. Quando é que ele vai recuperar isso? Só quando a sociedade se dispuser a pagar 30% de aumento de impostos. Não vai.

Então, nós temos que começar a raciocinar em termos de uma moeda estável, em que as concessões de aumento não podem ser em proporção com a receita. E só há um jeito efetivo de aumentar a receita: é aumentar a produtividade, o crescimento econômico, aperfeiçoar o aparelhamento fiscal, controlar melhor a evasão e distribuir, então – aí, sim, de forma eqüitativa –, o produto arrecadado.

Isso é a base da economia e da modernização da sociedade. De onde é que eu tiro 13º para dar, senão dessa maneira, criando, indiretamente, recurso? Não tem de onde. O Tesouro não dispõe das linhas necessárias. Não dispõe, não há como. É preciso pedir autorização ao Congresso, o qual terá que modificar a Constituição, para dizer que haverá um incremento de impostos, de IPI e IR, para que desse incremento seja possível, então, transferir para os municípios. Se o Congresso estiver de acordo com isso, o Presidente assina em baixo. Não tem nem poder de vetar a lei, porque o Congresso é soberano.

Então, a demanda tem que ser sobre o Congresso. E creio que o Congresso terá muitas dificuldades em aumentar impostos. Muita. Mas, na verdade, na mecânica democrática é assim, não tem outra solução.

Dos recursos disponíveis pela União, na verdade – o Ministro Jatene é quem melhor sabe disso, porque está lutando no Congresso para obter um adicional de imposto para saúde, porque ele sabe que nós não temos de onde tirar. E a dificuldade, no momento atual, é que demandas justas não encontram meios para serem atendidas. Então, o Governo tem que dizer “não”. Os senhores fazem a mesma coisa, dizem “não” a coisas justas, mas não têm os meios. Claro que a demanda da saúde é justa, que, como explicou o Ministro Jatene, nós dobramos, praticamente, o recurso de saúde. E não é suficiente. É justo que se queira mais, mas é preciso criar as condições para ter esse “mais”. E essa condição passa pelo crescimento da economia, dos impostos e pelo combate à evasão de impostos. Não há outro mecanismo; no regime democrático e sem inflação, não há outro mecanismo.

Por isso é que nós estamos pedindo ao Congresso que acelere a aprovação dessas medidas. Porque, através delas – essa da educação, por exemplo –, de imediato os municípios mais pobres vão ter recursos

adicionais, dados pelo Governo Federal. De imediato. Sem isso eu não tenho nem como fazer; não tenho os instrumentos, nem legais nem de recursos, para fazer essas transferências.

Creio que é muito importante que nós falemos com muita franqueza sobre essas questões, para que entendamos qual é o miolo da questão. E não podemos ter dúvidas, também, quanto ao fato de que, por doído que seja, nós vamos ter que enxugar a folha de pessoal. Por isso nós estamos nos batendo, no Congresso, para permitir mais flexibilidade nesses mecanismos, com garantias para o funcionário, com indenização, com mecanismos objetivos, com critérios. Mas não é possível, não há mais como atender.

E os senhores sabem que, a partir de 1988, quando se verifica a distribuição relativa da renda, dos impostos e contribuições entre estados, municípios e União, isso cresceu mais depressa nos municípios. Houve um aumento, um incremento grande dos municípios. Mas, também, quando se olha a folha de pagamento de pessoal e se vê o número de pessoas atendidas, cresceu também no município. É compreensível, porque o município vai atender a mais coisa: tem a educação, tem a saúde,... Não estou criticando de uma maneira, digamos, brusca: “Está tudo errado.” Não, não, eu sei que há esse processo, e vai aumentar esse processo de demanda na base. Talvez tenhamos que discutir no Congresso e ter um mecanismo para atender a essas questões. Mas não é mais o Governo Federal, não é a União quem pode fazer isso: é o Congresso que tem que discutir quais são as possibilidades de ampliação da base tributária, ou de aumento de alíquotas de impostos, para que nós possamos atender a essas demandas.

Provavelmente, teremos que fazer um misto: uma atitude mais rigorosa na despesa e algum incremento na arrecadação. Mas nós vamos ter que enfrentar essa difícilíssima questão, que é a da despesa, que o Brasil não enfrentou até hoje de maneira objetiva, porque a inflação, como disse, nos permitia a auto-enganação. Agora não há recurso. Mas a receita cresceu violentamente. Nós temos batido recordes de receita, desde que o Plano Real começou a funcionar – aliás, desde antes.

Só para dar um dado empírico, e sem muito rigor: quando eu estava no Ministério da Fazenda, a arrecadação de impostos diretos do Tesouro, no máximo, foi de 3,8 bilhões de dólares; no mês passado, foi de 7 bilhões. É espetacular o crescimento da receita, espetacular. E esse crescimento é distribuído de acordo com a lei. Eu tenho os gráficos todos, pena que não os tenha trazido para mostrar que tudo cresce assim, de 94 a 95. Mas, quando se olha a despesa, verifica-se que cresce mais depressa. Se falar em “economês” – porque estou vendo o Paulo Haddad –, a propensão a gastar é maior do que 1. Para cada unidade de receita que chega, gasta-se 1.1, 1.2. Aí, não tem fim. Nós temos que enfrentar essa dura questão, não há outro caminho.

No Governo Federal é a mesma coisa. A luta é muito grande para a distribuição desses recursos. No caso do Fundo de Participação, eu já mencionei o fato de que esses impostos são sazonais. Agora, houve uma observação que eu acho que essa deve ser atendida mesmo: a das isenções. Isso é certo. Nós estamos abusando de isenções, que prejudicam, efetivamente, as cidades mais pobres. (*Palmas.*)

Na proposta que o Governo mandou para o Congresso, de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, nós cortamos violentamente as isenções. Violentamente. Não sei como está, ainda, no alto julgamento do Congresso. Cabe ao Congresso saber se quer cortar isenção ou não quer cortar isenção. Não podemos privar os estados de algum instrumento de política industrial, tem que haver uma latitude nisso. Mas eu não me refiro só a essas isenções, não. Há isenções de todo tipo, e há fundos que se foram constituindo, cuja destinação é de efeitos menos conhecidos, pelo menos, para não dizer duvidosos. São bilhões que a sociedade não está controlando.

Aí, sim, numa análise, digamos, mais penetrante, mais embasada na realidade, nós podemos ver que há recursos mal gastos e que, se nós redistribuirmos os recursos mal gastos, alguns municípios que necessitam urgentemente poderão ter mais recursos. Essa questão é política. Eu estou aqui diante de Senadores e de Deputados. Sabem eles a dificuldade que é mexer em qualquer item que diga respeito a impostos, ou à distribuição de impostos – a questão de força, de força relativa.

O Governo Federal já mandou para o Congresso tanto a reforma tributária quanto a reforma do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica. Eu creio que a Câmara já aprovou o da pessoa jurídica, está certo? E agora falta o de pessoa física. Há algumas inovações aí que vão permitir um certo aumento de arrecadação, pelo mecanismo de cobrar de quem não se cobrava antes. Isso é muito importante, porque são nichos de privilégios, nichos que, por razões que, historicamente, até podiam ter tido alguma motivação, de repente se transformam em privilégio, e não se cobra o imposto.

Deixe-me fazer uma pergunta incômoda. Desculpe, eu disse que nós íamos falar aqui com franqueza e entre amigos; e, com as palavras tão calorosas a respeito – merecidamente – do Governador Eduardo Azeredo, e generosas com relação a mim, que vocês disseram, acho que me sinto à vontade também para dizer, com franqueza: é preciso cobrar mais o Imposto Territorial, que a União não cobra. É preciso cobrar mais o IPTU. Há municípios que não cobram IPTU. Não cobram.

Eu, quando Senador, tinha feito uma proposta de que a distribuição do Fundo devia ser proporcional ao esforço de arrecadação. Eu pensei: se não se faz esforço de arrecadação na base própria, por que dar mais recurso? Não. Forçar mais. É claro que nos municípios mais pobres isso não é possível, porque não têm de onde tirar. Mas não é bem assim, não. Existem áreas onde não existe a contribuição específica do IPTU. Claro que nas grandes cidades não, porque essas têm mais. Agora, nós temos que pensar também nessa questão.

Espero – e tenho certeza que assim será, com essa interiorização, que eu apoio integralmente – que as cidades se tornem mais prósperas. Estão se tornando mais prósperas. Ainda hoje eu conversava com o Governador Azeredo sobre isso, e com o Vice-Governador Mares Guia, com Dr. Patrus, também – não com o Prefeito, mas, certamente, ele terá a mesma opinião –, no sentido de que nós estamos assistindo a uma modificação muito grande da rede urbana no Brasil. Há esse fato, que me encheu de alegria, de que Minas tem três das quatro ou cinco primeiras cidades, não é isso? E eu conheci mais de perto, na campanha – eu conheço bastante o Brasil – nas muitas cidades, que está havendo

uma modificação favorável ao interior. Isso é muito bom, isso é muito positivo. Então, dá para cobrar mais imposto, também, na base, aí. Claro! Dá para cobrar mais imposto.

É desagradável cobrar imposto, porque, etimologicamente, chama-se “imposto”? Senão, seria “voluntário”. É imposto, não é? E como eu, enfim, por circunstâncias da vida, fui obrigado a assumir posições que não são as de que todo mundo gosta, porque são duras, porque havia que ser duro, para poder colocar a economia em ordem, acho que nós todos temos que pensar nesses termos também.

Não estou, com isso, me negando a ler e analisar. Mas vamos buscar alternativas. Vamos buscar alternativas porque o problema existe. E o mais grave – eu já disse aqui – são as AROs–Antecipação de Receita Orçamentária. Pelo amor de Deus, se puderem, não façam ARO nenhuma a mais, joguem fora a ARO. (*Palmas.*) Porque não dá. Entrou nessa cadeia financeira? Não tem jeito.

E, repito, quando a ARO é para pagar pessoal, é o caminho da asfixia. É claro que o Governo Federal está, agora mesmo, no Conselho Monetário, por decisão minha, em reunião com os Governadores. Eu disse que iria socorrer os Governadores, socorrer adequadamente, fazer com que houvesse um programa de ajuste dos estados, para que eles, então, tenham possibilidade de ir trocando essas AROS, que alguns fizeram, e a dívida mobiliária, e outras formas de dívida, por mecanismos mais suaves. E o estamos fazendo. No momento adequado, vamos estudar o que fazer com os municípios. É muito mais difícil, porque são 5.000. É muito mais difícil. Mas os estados estão ficando ricos, vão poder fazer, os estados vão poder ajudar os municípios.

De qualquer maneira, nós vamos ter que equacionar. O processo de estabilização da economia é um processo. E é responsabilidade do Governo Federal, que está comandando esse processo, atender a situações reais que existem, e não dizer: “Gastaram, não fizeram ARO, foram inconseqüentes.” Não, eles tiveram razões para isso, ou, pelo menos, não tiveram, talvez, a consciência, naquele momento, das conseqüências de certos aumentos. Os senhores estão pagando o preço de administrações passadas. Sempre é assim. Espero que as futuras digam de nós

outra coisa, que encontraram tudo tão em ordem, que vão poder gastar sem fazer AROs. Vamos ver.

Então, não estou aqui, por conseqüência, tendo uma palavra de recusa de considerar a situação: estou apenas tratando de esclarecer qual é o quadro jurídico, constitucional e de realidade, dentro do qual nós nos vamos mover. Mas, tenho certeza, o caminho é o que foi aqui delineado, e acho que todos apoiaram: é o da descentralização. É esse movimento forte de convergência de governo estadual, Governo Federal e governo municipal. E o Ministro Jatene acrescentou – e é verdade – que é esse do pluripartidarismo. imaginem os senhores um pobre Presidente que é apoiado por sete partidos. Passo o dia fazendo as pazes entre os partidos. Mas isso é que é bom. Isso é da vida democrática, não é? Pode, inicialmente, ser difícil, mas, com o tempo, força a convivência.

E eu também quero dizer uma coisa, para terminar a minha parte de falação. Isso tudo que nós estamos mostrando aqui são problemas da transição para a estabilidade e a prosperidade. Não percamos o rumo. Olhemos um pouco o que era o Brasil há cinco anos e o que é o Brasil hoje, os horizontes que temos hoje, o investimento. Basta ler, hoje, sobre Minas Gerais, num dos jornais. É extraordinário. Minas, especialmente. Não é por estar em Minas. É porque eu penso assim. Eu até disse que o que o Governo Federal tinha que fazer era não atrapalhar Minas. Aí, o Governador Hélio Garcia me disse: “E pode ajudar um pouquinho.” Está bem, topo.

Mas Minas, especialmente, é um Estado que está – a olho nu se vê – em condições de avançar, pelo que foi dito aqui sobre educação, sobre saúde, pelo que acabou de dizer o Ministro Jatene. Quer dizer, nós mudamos. Este é um Brasil cheio de potencialidade.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se a estabilização traz esse desequilíbrio nas empresas, nas prefeituras, no Governo Federal, essa tremenda dificuldade de ajustar o orçamento, ela traz também horizontes, ela traz, também, a possibilidade de crescer. E, aí, sim, é o mecanismo pelo qual nós vamos aumentar a renda, de uma maneira sadia. É com o crescimento econômico.

Nós temos um programa chamado Plano Plurianual de Investimentos, o PPA, no qual nós já temos delineado o que tem que ser feito. Só que nós já estamos fazendo. Quando se ouve aqui o que se está fazendo na educação e na saúde, percebe-se que se está fazendo, às vezes, silenciosamente, porque não é para fazer espalhafato.

Só no plano de energia, na minha administração, nós já fizemos parcerias no valor de 2 bilhões de reais, na retomada de usinas. Inclusive, aqui, em Igarapava. Com o Ministro Sérgio Motta, que chegou aqui, eu fui ao lançamento do programa de telecomunicações para os próximos 8 anos – eu creio, são 77 bilhões de reais. Vamos imaginar que o nosso otimismo seja galopante – não é —, que seja metade disso. Isso gera emprego, gera renda, gera crescimento, gera crença no Brasil. Isso cria uma condição tecnológica para nós darmos saltos. Porque, hoje, quem não tiver um sistema de comunicações moderno (e, se possível, com esses celulares que não façam barulho enquanto o Presidente fala), melhor ainda. Mas esse sistema moderno que se está criando no setor de telecomunicações é outro exemplo disso.

Nos portos – área difícilíssima –, o Almirante Ribamar, cujo nome, possivelmente, nem é conhecido, está como Secretário Executivo dos Portos, dando um avanço grande nessa matéria. Nós estamos conseguindo, realmente, modernizar vários portos, negociando com os trabalhadores. Isso é área das mais difíceis do movimento sindical. E estamos fazendo.

Agora mesmo, o Ministro Odacir Klein, que não sei se está aqui, mas que se encarrega da questão dos transportes, assinou, hoje, o empréstimo para o metrô de Belo Horizonte. São 190 milhões de reais que o Senado aprovou ontem, numa forma de contrapartida do Governo Federal para o empréstimo. Vamos retomar esse metrô. Para chegar lá à periferia mais longínqua, são mais seis quilômetros. Agora, nesta semana, o Ministro vai iniciar a liberação de recursos para uma ponte que vai permitir que os grãos produzidos no Centro-Oeste venham para cá; e, quem sabe, como diz o Governador, com um “y”, uma perna, venham aqui, para Minas Gerais, para que nós possamos também fazer com que essa estrada beneficie Minas Gerais.

Estradas que há muito tempo estavam paradas estão sendo retomadas. Por quê? Porque nós estamos equilibrando a economia. Hoje, eu perguntava ao Ministro Klein quanto é que ele tem, por mês, para reparar estradas. Não tinha nada. Agora, tem 30 milhões de reais, por mês, para reparar estradas. Não é nada para o Brasil. O nosso problema é que a nossa magnitude é tão grande que é muito zero, sempre. É zero que não acaba mais. Mas, também, as benesses, quando vêm, vêm com muito zero. Quando nós realmente estivermos já num caminho mais estável de prosperidade, os réditos serão com muitos e muitos zeros.

Hoje, nós temos a retomada, de maneira muito conseqüente, de toda a matriz energética brasileira. Só estou esperando que o Congresso aprove o PPA para poder fazer uma exposição de planos de metas que nós temos, que são metas – algumas estão em marcha, já – para que o Brasil sinta, de novo, a sua potencialidade. Quem sabe possamos fazer Unai–Pirapora, não é? O Governador insiste tanto com a Vale do Rio Doce, não é? Quem sabe, possamos fazer tantas outras coisas. E outras que os mineiros, eu sei, estão ansiosos para que venham para cá. E o Presidente não tem força nenhuma para decidir. Mas virão investimentos, inúmeros investimentos, para Minas Gerais.

Então, vamos continuar com realismo, não imaginando soluções mágicas, mas com confiança. E essa confiança é que vai permitir que esses nossos municípios avancem. E tenho certeza de que é na base dessa crença municipalista, que é tão forte aqui, dessa descentralização que é tão forte em nós, que vamos ter, realmente – num país das proporções continentais do Brasil, com essa pluralidade racial que nós temos, com essa diversidade, com essa força da natureza e já com uma base tecnológica —, vamos ter um grande país não é amanhã, não: já começou. E é de vocês.

Agradeço muito.

